



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Instituto do Ambiente

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

“TRÊS PARQUES EÓLICOS DA SERRA DA FREITA”

Instituto do Ambiente

Novembro de 2003

EQUIPA DE TRABALHO

Elaboração:

- *Augusto Serrano*

Secretariado:

- *Paulo Santos*

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

5. FORMAS DE ESCLARECIMENTO DOS INTERESSADOS

6. PROVENIÊNCIA DOS PARECERES RECEBIDOS

7. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

8. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS

ANEXO I

- Órgãos de Imprensa e entidades convidados a participar na Consulta Pública
- Lista de participantes na reunião técnica na Casa da Cultura de Arouca

ANEXO II

Pareceres Recebidos

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

“Três Parques Eólicos na Serra da Freita”

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do preceituado no artigo 14º do Decreto - Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, procedeu-se à Consulta Pública do “Três Parques Eólicos na Serra da Freita”.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

Considerando que o Projecto se integra na lista do anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, a Consulta Pública decorreu durante 25 dias úteis, desde o dia 30 de Setembro até 3 de Novembro de 2003.

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Instituto do Ambiente
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- Câmara Municipal de Arouca

O Resumo Não Técnico foi disponibilizado para consulta nas Juntas de Freguesia de Santa Eulália, Moldes, Albergaria da Serra, Cabreiros e Urrô.

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na Câmara Municipal e Juntas de Freguesia acima referidas;
- Publicação de um anúncio, envio de RNT e de nota de imprensa para o seguinte jornal:
 - Jornal de Notícias
- Envio de nota de imprensa e RNT para os jornais, revista e rádios que constam no Anexo I

- Divulgação na Internet no *site* do Instituto do Ambiente com anúncio e RNT.
- Envio de ofício circular e RNT às entidades constantes no Anexo I.

5. FORMAS DE ESCLARECIMENTO DOS INTERESSADOS

No âmbito da Consulta Pública, o Instituto do Ambiente, tendo por objectivos promover um maior envolvimento das autarquias directamente interessadas e prestar esclarecimento relativo ao processo de AIA, ao projecto e respectivos impactes ambientais realizou uma reunião de trabalho, no dia 15 de Outubro na Casa da Cultura de Arouca.

A lista de registo das presenças na reunião de trabalho encontra-se no Anexo I do presente Relatório.

Nesta reunião de trabalho, estiveram presentes representantes do Instituto do Ambiente, do proponente e seus consultores, tendo sido prestados todos os esclarecimentos às questões apresentadas pelos interessados.

6. PROVENIÊNCIA DOS PARECERES RECEBIDOS

No âmbito da Consulta Pública foram recebidos cinco pareceres, com a seguinte proveniência:

Administração Local:

- Câmara Municipal de Arouca

Organização Não Governamental de Ambiente:

- Urtiarda – Clube do Ambiente e Património do Arda e Urtigosa
- Associação de Defesa do Património Arouquense (parecer subscrito por 75 cidadãos)

Particulares:

- 1 parecer

Outros:

- Associação Empresarial do Concelho de Arouca

7. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS

A **Câmara Municipal de Arouca** defende a Solução Freita 18, propondo que as torres 10 e 18 desta Solução passem para os locais das torres 9 e 19 da Solução Freita 24 e que a rede de condução de energia seja subterrânea no planalto, incluindo na saída da subestação, se a mesma ocorrer ainda no planalto.

Chama a atenção para a necessidade dos trabalhos não afectarem as mamoadas ou outros monumentos arqueológicos inventariados ou conhecidos.

A **Associação Empresarial do Concelho de Arouca** defende que deve ser adoptada a Solução Freita 18, por ser a que irá perturbar menor área e que terá menor impacto ambiental, produzindo a mesma energia.

Propõe a deslocação do aerogerador 18 para junto do 17, no sentido de afectar uma menor área.

Considera que deve haver um rigoroso acompanhamento ambiental das obras, no sentido de serem preservados todos os elementos naturais (linhas de água, solo, espécies autóctones de fauna e flora) e patrimoniais existentes na área e o enquadramento na arquitectura local de todos os materiais usados na construção das infra-estruturas anexas (acessos, subestação e edifício de comando).

O **URTIARDA** opõe-se ao projecto e recomenda o estudo de soluções alternativas na área do Alto do Gamarão e do Arreçãio, no Concelho de Arouca, onde predomina a cultura do eucalipto.

Destaca a imensa riqueza natural da área, nomeadamente a fauna e flora e considera que a instalação dos Parques Eólicos constitui uma agressão que poderá por em causa, a médio e longo prazo, o binómio fundamental da preservação e rentabilização da zona serrana, que é incompatível com a alteração da paisagem provocada pelos aerogeradores.

Considera que não é solução recomendar um plano de monitorização da mortalidade provocada pela existência de parques eólicos, devendo antes ser prevenida essa mortalidade.

Para a **Associação de Defesa do Património Arouquense** a implantação dos Três Parques Eólicos, previstos para a linha de cumeeada, constituirá um impacte ambiental negativo e não minimizável, uma enorme agressão estética à paisagem, numa área de montanha onde os valores naturais são únicos e insubstituíveis.

O corte da vegetação, a instalação e laboração do estaleiro, a abertura de caminhos de acesso, a remoção de terras, escavações, drenagens, betonização, edifícios anexas e a própria montagem dos aero-geradores, acarretarão a destruição de largas dezenas de hectares de habitats de grande relevância para a conservação de inúmeras espécies de Flora e Fauna.

O EIA não avalia devidamente a descontinuidade dos habitats, como consequência das obras, e que poderá vir a afectar em especial os répteis e anfíbios, espécies de reconhecida falta de mobilidade.

Durante a fase de construção, esta Associação considera que poderão ocorrer um conjunto de situações, tais como:

- ruído proveniente das máquinas, viaturas e equipamentos;
- trânsito intenso de viaturas nas estradas municipais;
- emissão de poeiras;
- derrame de combustíveis, óleos e substâncias poluentes, com possível contaminação de nascentes de água;
- deslizamentos de terras e arrastamento de materiais sólidos, em caso de forte precipitação.

Alerta para o alto risco de colisão das aves com os aero-geradores e para a possibilidade dos caminhos de acesso serem utilizados, no futuro, por praticantes de "todo-o-terreno", caso não haja uma vedação segura e eficaz.

Apresenta ainda um conjunto de sugestões, reclamações e preocupações, tais como:

- diminuição da área de pastoreio, quer durante a fase de construção quer durante a de exploração;
- possibilidade de presença de vestígios arqueológicos nos locais onde vão ser implantadas as torres;
- o PDM de Arouca não prevê a instalação das eólicas;
- consequências negativas para o turismo;
- ruído permanente ;
- inexistência de uma garantia bancária, ou outra similar, capaz de dar força às promessas de reposição do solo;

Um **cidadão** manifesta-se contra o projecto alegando que o EIA não atendeu às especificações locais, nem ao programa de aproveitamento turístico da Serra da Freita.

Para além dos riscos para a fauna e flora, considera que o impacte visual não é subjectivo, conforme referido no EIA, mas bastante negativo, inviabilizando o desenvolvimento turístico da Serra da Freita e comprometendo o futuro do concelho de Arouca.

Duvida da viabilidade económica dos parques eólicos, que na sua opinião só são possíveis com subsídios à sua instalação e à energia produzida.

É da opinião que o Parque Eólico poderá ser construído noutra local, no mesmo concelho, sem que os promotores sejam prejudicados.

8. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

Da análise dos pareceres verifica-se que a Câmara Municipal de Arouca defende a Solução Freita 18, propondo que as torres 10 e 18 desta Solução passem para os locais das torres 9 e 19 da Solução Freita 24 e que a rede de condução de energia seja subterrânea no planalto, incluindo na saída da subestação, se a mesma ocorrer ainda no planalto.

A Associação Empresarial do Concelho de Arouca defende que deve ser adoptada a Solução Freita 18, por ser a que irá perturbar menor área e que terá menor impacto ambiental, produzindo a mesma energia, e propõe a deslocação do aerogerador 18 para junto do 17.

O URTIARDA opõe-se ao projecto e recomenda o estudo de soluções alternativas na área do Alto do Gamarão e do Arreçai, no Concelho de Arouca.

Considera que não é solução recomendar um plano de monitorização da mortalidade provocada pela existência de parques eólicos, devendo antes ser prevenida essa mortalidade.

Para a Associação de Defesa do Património Arouquense a implantação dos Três Parques Eólicos, previstos para a linha de cumeada, constituirá um impacte ambiental negativo e não minimizável, uma enorme agressão estética à paisagem, numa área de montanha onde os valores naturais são únicos e insubstituíveis.

Um cidadão manifesta-se contra o projecto alegando que o EIA não atendeu às especificações locais, nem ao programa de aproveitamento turístico da Serra da Freita.

É da opinião que o Parque Eólico poderá ser construído noutra local, no mesmo concelho, sem que os promotores sejam prejudicados.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA
"TRÊS PARQUES EÓLICOS NA SERRA DA FREITA"



Instituto de Ambiente

Novembro de 2003

ANEXO I

Órgãos de Imprensa e Entidades convidadas a participar na Consulta Pública

Lista de participantes na reunião técnica na Casa da Cultura de Arouca

**LISTA DOS ÓRGÃOS DE IMPRENSA CONVIDADOS A PARTICIPAR NA DIVULGAÇÃO DA
CONSULTA PÚBLICA DO EIA DOS TRÊS PARQUES EÓLICOS NA SERRA DA FREITA**

NOME	MORADA	LOCALIDADE
Redacção do Jornal "Público"	Rua Amílcar Cabral, Lote 1	1700 LISBOA
Redacção do Jornal "O Independente"	Av. Almirante Reis, 113-8.º Sala 802	1150-014 LISBOA
Redacção do Jornal "Expresso"	a/c Sr. Mário de Carvalho Rua Duque de Palmela, 37-2º	1200 LISBOA
Redacção do Jornal "Diário de Notícias"	Av. da Liberdade, 266	1200 LISBOA
Redacção do Jornal "Correio da Manhã"	Av. João Crisóstomo, 72	1069-043 LISBOA
Redacção da Agência Lusa	a/c Sr. Silva Marta Rua Dr. João Couto, Lote C - Apartado 4292	1507 LISBOA CODEX
Redacção do Programa País País da RTP Regiões	Av. 5 de Outubro, 197 - R/C Edifício RTP	1050 LISBOA
Associação Cultural Jornal Jovem Alvarenga	Trancoso - Alvarenga	4540- 048 URRÔ ARC
Jornal de Arouca	Av. 25 de Abril	4540- 102 AROUCA
Roda Viva - Jornal Mensário das Terras de Santa Mafalda	R. António Almeida Brandão, 4-1.º - Sala 7	4540- 119 AROUCA
Rádio Regional de Arouca	R. António de Almeida Brandão - Apartado 77	4540- 119 AROUCA

LISTA DAS ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DOS TRÊS PARQUES EÓLICOS NA SERRA DA FREITA

NOME	MORADA	LOCALIDADE
Associação Nacional da de Conservação da Natureza - QUERCUS	Apartado 4333	1508 LISBOA CODEX
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente - CPADA	Rua Ferreira Lapa, 25 – r/c	1150-155 LISBOA
Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente - GEOTA	Travessa Moinho de Vento, 17-c/v Dtº	1200 LISBOA
Liga para a Protecção da Natureza - LPN	Estrada do Calhariz de Benfica, 187	1500 LISBOA
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - SPEA	Rua da Vitória, 53-3-Esqº	1100-618 LISBOA
Sociedade Portuguesa de Ecologia - SPECO	Museu Laboratório e Jardim Botânico Rua da Escola Politécnica	1249 LISBOA
Estado Maior da Força Aérea	Av. Leite Vasconcelos Clafa - Alfragide	720 AMADORA
Federação Portuguesa de Voo Livre - FPVL	Av. Cidade Lourenço Marques Praceta B – Módulo 2	1800-093 LISBOA
Instituto Geológico e Mineiro - IGM	Rua Almirante Barroso, 38	1049-025 LISBOA
Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil	Rua José Estevão, 137-8º	1150 LISBOA
Associação Portuguesa de Geólogos - APG	Apartado 2109	1103 LISBOA CODEX
Adrimag - Associação Desenvolvimento Rural Integrado Serras Montemuro Arada e Gralheira	Pç. Brandão Vasconcelos, 10	4540- 000 URRÔ ARC
Associação de Agricultores do Concelho de Arouca	R. Convento St.ª Mafalda	4540- 000 URRÔ ARC
Associação dos Amigos de Arouca	Av. das Forças Armadas	4540- 000 URRÔ ARC
Associação Defesa do Património Arouquense	Lg. St.ª Mafalda - Arouca	4540- 108 URRÔ ARC
Associação Empresarial do Concelho de Arouca	Pç. Brandão Vasconcelos	4540- 110 URRÔ ARC
Associação Florestal Entre Douro e Vouga	Pç. Brandão Vasconcelos - Arouca	4540- 110 URRÔ ARC
Grupo Lobo	Departamento de Zoologia e Antropologia – Faculdade de Ciências, Bloco C2	1700 LISBOA



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Instituto do Ambiente

“TRÊS PARQUES EÓLICOS NA SERRA DA FREITA”

Casa da Cultura de Arouca – 15 de Outubro de 2003 – 11h:30m

NOME	ENTIDADE/ORGANISMO	FUNÇÕES	CONTACTO
Margarida Sá	Environis	Coordenadora do grupo do ambiente	214254050
Dominique UE DARNE	Enemplus	Gerente	DQFDARNE@CLOBS-INTERNET.FR
António Diniz Costa	C.M. Arouca	Vereador	967067269
Fernando Gonçalves	C.M. Arouca	ex-juiz	256940220
José Américo P. Oliveira	Associação de Arouca	Presidente	256940220
José Luiz V. de	D.R.A.E.D.M.	Responsável do Sector Fl. de Baixo	258944117
Fernando Telen S. P. Medeiros	variedade	Secretário de Ass. Geral	jtosa@ptugolmail.it
Manuel de Azevedo Brandão	WAT IARDA	Presidente de Ass. Geral	967524107
Susana A. Silva	C.M. Arouca	Vereadora	256940220
Amândio Silva	Ass. Municipal	Membro PSD	916183718
Jorge Oliveira	Ass. Municipal Escola Sec. Arouca	Membro V. Presidente	967001706
José Tavares	Junta Freguesia	Presidente	256941567
RODOLFO PIUHO SILVA	A.E.C.A. - Associação Empres. unip. e. il.rouca	PRESIDENTE	919851321
Alcino José Carlos Gonçalves	Junta Freguesia	PRESIDENTE	937830797
Carlos Alberto Justino	Ass. Municipal	Presidente	256943573
Luís Miguel P. Santos	Junta de Freguesia	Presidente	256949293
CELSO PORTUGAL	C.M. AROUCA	VEREADOR	962736155
Nazário Martins	J. Freguesia	Presidente	96.6353313
António Miranda	Agrupamento Escolar	Assessor	256920300
Isabela Ventura	Câmara Municipal	Vereadora PSD	914510712



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Instituto do Ambiente

“TRÊS PARQUES EÓLICOS NA SERRA DA FREITA”

Casa da Cultura de Arouca – 15 de Outubro de 2003 – 11h:30m

NOME	ENTIDADE/ORGANISMO	FUNÇÕES	CONTACTO
JORGE SEQUEIRA	EMSA PLUS	GERIDA	935498562
LÍGIA MENDES	PROSISTEMAS	CONSULTORA	214120772
Diogo Lourenço	Representante do IA	Representante do IA	214728200

ANEXO II

Pareceres Recebidos

Ritz Fernandes

IA ENTR. 016503 '03 10 27



MUNICIPIO DE AROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

IA Instituto do Ambiente					
PRES.	<input type="checkbox"/>	VPFS	<input type="checkbox"/>	VPLG	<input type="checkbox"/>
ASSESSORIA:					
SACI	<input checked="" type="checkbox"/>	GDCA	<input type="checkbox"/>		
SADF	<input type="checkbox"/>	GERA	<input type="checkbox"/>		
SEPA	<input type="checkbox"/>	GJUR	<input type="checkbox"/>		
SIPP	<input type="checkbox"/>	GSTI	<input type="checkbox"/>		
SLRA	<input type="checkbox"/>				
OUTROS:					

Ex.mo Sr.

PRESIDENTE DO INSTITUTO DO AMBIENTE

Rua da Murgueira, 9/9A — Zambujal

Apartado 7585 Alfragide

2721-865 AMADORA

Handwritten notes:
G. Ritz Fernandes
27/10/03

Sua referência

N.º IA OF. 010278

Proc.º N.º

Sua comunicação de

26.09.2003

Nossa referência

Número Data

5085 24 OCT '03

ASSUNTO: Consulta Pública do Processo de Impacte Ambiental

“Três Parques Eólicos na Serra da Freita”

Handwritten notes:
A DAIA
23.10.03

Handwritten signature:
Senhor Presidente:

De posse do processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto acima referido, remetido a coberto do ofício com a referência em epígrafe, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.ª que esta Câmara, na sua reunião realizada no dia 14 do corrente mês de Outubro, deliberou:

- a) alertar V. Ex.ª para o erro constante dos desenhos 1 e 2 incluídos no volume III (resumo não técnico) quanto à localização da mancha de implantação das torres;
- b) defender a solução 18 mas com as seguintes alterações: as torres 10 e 18 da dita solução 18 devem passar, respectivamente, para os locais das torres 9 e 19 da solução 24;
- c) defender que a rede de condução da energia seja toda subterrânea no planalto, incluindo na saída da subestação se a mesma ocorrer ainda na área do mesmo planalto;
- d) chamar a atenção para a necessidade dos trabalhos não afectarem as mamoas ou outros monumentos arqueológicos inventariados ou conhecidos.

Com os melhores cumprimentos. *e a muito obrigada pela atenção.*

O Presidente da Câmara,

Handwritten signature of Dr. José Armando de Pinho Oliveira
(Dr. José Armando de Pinho Oliveira)

Gráfica Municipal Arouca



IA Instituto do Ambiente	
PRES.	<input type="checkbox"/> VRES <input type="checkbox"/> VPLG <input type="checkbox"/>
ASSESSORIA	
SACI	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
SADF	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
SEPA	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
SIPP	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
SLRA	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
OUTROS:	

Ex.mo(s). Sr(s).:
 Ministério das Cidades, Ordenamento do
 Território e Ambiente
 Presidente do Instituto do Ambiente
 Rua da Murgueira 9/9A - Zambujal
 Apartado 7585
 2721 865 Amadora

A DP 1P

Vossa Referência:

Data:
28/10/2003

Nossa Referência:
Ofício N.º 1988

Assunto: Consulta Pública do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto "Três Parques Eólicos na Serra da Freita"

Exmo. Sr.:

Após a análise do Estudo de Impacte Ambiental em epígrafe, a AECA - Associação Empresarial do Concelho de Arouca, vem por este meio manifestar a sua concordância relativamente à construção dos parques eólicos na Serra da Freita com as seguintes ressalvas:

1.º) Em relação às duas soluções alternativas apresentadas (SF18 – 18 aerogeradores de 1800 Kw e SF24 – 24 aerogeradores de 1300 Kw), a AECA defende que deve ser adoptada a alternativa de construção dos 18 aerogeradores, pois é aquela que tem associada menor área a perturbar e consequentemente menor impacto ambiental, produzindo a mesma quantidade de energia. Além disso, e após observação do mapa anexo ao EIA, a AECA considera ainda que ao ser deslocado o aerogerador n.º 18 para junto do aerogerador n.º 17 a área afectada seria ainda menor.

Neste sentido, e relativamente às duas soluções alternativas descritas no EIA, a AECA defende a construção de 18 aerogeradores e a alteração da localização do aerogerador n.º 18.

2.º) A AECA considera ainda que deve haver, por um lado, um rigoroso acompanhamento ambiental das obras com o intuito de serem preservados todos os elementos naturais (como as linhas de águas, o solo e todas as espécies autóctones de fauna e flora) e patrimoniais existentes na área abrangida, e, por outro lado, o enquadramento na arquitectura local de todos os materiais usados na construção das infra-estruturas anexas (acessos, subestação e edifício de comando).

Antecipadamente gratos pela V/ atenção, subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos.

A Direcção

Praça Brandão de Vasconcelos – Apartado 96 – 4540-110 Arouca

E-mail: aeca@aroucanet.com Telefone: 256 943148 Fax: 256 9415

Registo na Conservatória do Registo Comercial de Arouca – Contrib.





Outeiro - Rôssas
4540 - 480 Rôssas Arouca
NIPC 504417894
Tel/Fax : 256947346
Telem : 914350555
E-mail: urtiarda@portugalmail.pt

Instituto do Ambiente	
Livro	
<input checked="" type="checkbox"/> 000A	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> 000B	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> 000C	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> 000D	<input type="checkbox"/>
OUTROS:	

Sua Ref^ª

N/ Ref^ª

Data 29/10/2003

Ex.mo Presidente do Instituto do Ambiente

Assunto: "Três Parques Eólicos na Serra da Freita"

Parecer sobre o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental/Estudo de Impacte Ambiental.

No âmbito do processo de consulta pública, junto enviamos exposição sobre o assunto em epígrafe que, esperamos, lhe mereça a melhor atenção.

Com cordiais cumprimentos.

Direcção

Aut. C. A. I. B. L.

DAIR

03.11.04

Dr. Augusto Mendes
163
5.11.2003



“Três Parques Eólicos na Serra da Freita”

Parecer sobre o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental/Estudo de Impacte Ambiental

Atentos os documentos disponibilizados para consulta pública sobre o assunto em epígrafe, o conhecimento que tem da Serra da Freita e do local da sua eventual instalação e considerando que :

1 - a riqueza maior do concelho de Arouca é o seu património natural e paisagístico, sendo que

- qualquer processo de desenvolvimento harmonioso do concelho terá de assentar na preservação desse património e na sua fruição assente em regras claras de ordenamento territorial;
- a instalação dos três parques eólicos constitui, também pela dimensão dos equipamentos e pela extensão territorial que ocupa, uma agressão clara e dominante de toda a cumeada da serra;

2 - o local em questão faz parte da Lista Nacional de Sítios (*1 dos 89 a nível nacional, consagrados na lei nº 11/87 de 7 de Abril e classificados nos termos do Dec-Lei 140/99 de 24 de Abril, no âmbito das Directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE*) integrados na Rede Natura 2000 e, na Carta de Condicionantes do Plano Director Municipal de Arouca, integra os espaços de REN como importante valor natural a preservar;

3 - a Serra da Freita é possuidora de uma imensa riqueza em termos de fauna e flora de que destacamos:

- a presença do *Falcão Peregrino*, da *Águia de Bonelli*, da *Águia de Asa Redonda*, da *Águia Cobreira* e do *Bufo Real*;
- alguns dos poucos exemplares de lobos existentes a sul do rio Douro;
- uma imensa riqueza florística na qual sobressai, como exemplo, pelo seu valor científico, as comunidades hidrófilas de *Erica Filiaris L.* e os *Endemismos Lusitânicos de Teverium*

Salviastrum Schreb, que têm a sua implantação precisamente nos pontos mais altos da serra;
(tudo isto é ignorado pelo Estudo de Impacte Ambiental !!!)

3 - não é solução recomendar que se faça a *monitotização da mortandade provocada pela existência de parques eólicos*, devendo antes ser prevenida essa mortandade, especialmente das aves. Isto se não queremos ser coveiros, mas antes amantes e preservadores da natureza;
(o estudo admite essa mesma mortandade !!!)

4 - embora tendo presente a bondade da energia eólica, será legítimo questionar se a sua instalação não surgirá antes como iniciativas pontuais e desgarradas, claramente e apenas preocupadas com a possível valia económica, a exemplo do que acontece em torno das chamadas *mini-hídricas*, (veja-se o flagrante e escandaloso do caso do rio Ardena, na freguesia da Espiunca);

5 - se um dos potenciais maiores da zona serrana, em termos de desenvolvimento, reside nos seus valores naturais e paisagísticos, a instalação desses parques apenas constitui mais uma agressão que, em termos de médio e longo prazo, porá em causa o binómio fundamental da preservação e rentabilização desses espaços, incompatível com a alteração da paisagem provocada pelas torres e hélices gigantesacas;

6 - existem locais alternativos em que predomina a monocultura do eucalipto, onde o impacto ambiental e paisagístico seria muito menor;

o UrtiArda emite parecer claramente negativo sobre a instalação dos três Parques Eólicos na Serra da Freita, recomendando o estudo de soluções alternativas nas zonas do Alto do Gamarão e alto do Arreçaião deste concelho, onde predomina, como foi dito, a monocultura do eucalipto.

As conclusões do Estudo de Impacto Ambiental não devem ser aprovadas.

Aprovado em reunião de Direcção, em 18 de Outubro de 2003 e a enviar ao Instituto do Ambiente c/ conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal de Arouca, Assembleias de Freguesia de Sta. Eulália, Moldes, Albergaria da Serra, Cabreiros e Urró e Comunicação Social.

PA Direcção

António G. L. Almeida

IA ENTR. 016890 '03 11 03

IA Instituto do Ambiente			
PPES	<input type="checkbox"/>	INFO	<input type="checkbox"/>
		VPLG	<input type="checkbox"/>
ASSESSORIA			
SADI		COGA	<input type="checkbox"/>
SADP		CERA	<input type="checkbox"/>
SEPA		ESUE	<input type="checkbox"/>
SAP		LOTE	<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
OUTROS:			

Elísio de Almeida Azevedo
Senras – Rôssas
4540 AROUCA

Arouca, 29 de Outubro de 2003

Ao
INSTITUTO DO AMBIENTE
LISBOA

No âmbito da audição pública relativa ao Estudo de Impacte Ambiental sobre a instalação de três parques eólicos na Serra da Freita, concelho de Arouca, envio em anexo algumas considerações que espero mereçam a V. atenção.

Cumprimentos,



Elísio de Almeida Azevedo

PA DA IA

PA

03.11.06

Arq. Senras
Nov
5/11/2003

PARQUES EÓLICOS DA SERRA DA FREITA

ANTECEDENTES

Em 19 de Dezembro de 2000, sem que a população tivesse qualquer oportunidade de se pronunciar, a Câmara Municipal de Arouca e algumas Juntas de Freguesia assinaram um protocolo com as empresas promotoras, segundo o qual e "...observados que sejam os pressupostos referidos na alínea anterior, garantem aos promotores o acesso aos já mencionados terrenos e a autorização para neles construírem os parques eólicos que se mostrem viáveis na sequência das campanhas de medição de ventos."


Os pressupostos a que se refere são apenas o cumprimento de "...todas as normas aplicáveis e em vigor e obtidas às licenças que para o efeito, por lei, sejam impostas", sem quaisquer outros condicionalismos e completa indefinição do número de aerogeradores ou sua distribuição.

Assumido o compromisso, de nada vale agora o voto contrário dos Vereadores da oposição (PSD), na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Arouca, realizada no dia 11 de Outubro de 2003 para analisar o EIA e emitir o respectivo parecer e por meio do qual reforçam "... as preocupações que o próprio estudo levanta, nomeadamente no que diz respeito ao facto deste projecto se localizar numa *área sensível* em termos ambientais, que se inclui na Lista Nacional de Sítios propostos para integrar a Rede Natura 2000", porque "...está em causa uma área muito rica do ponto de vista paisagístico que será irremediavelmente perdida."

Perante a situação assim criada e os direitos adquiridos pelos promotores, que decorrem do protocolo assinado em 19 de Dezembro de 2000, parece evidente que a implantação dos parques eólicos é irreversível e que tudo quanto agora se possa alegar irrelevante, se o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território não for sensível aos argumentos aduzidos por alguns cidadãos mais atentos e preocupados com a riqueza natural da Serra da Freita.

ENERGIA EÓLICA

Em Fevereiro de 2002, o Instituto do Ambiente fez a edição de uma brochura intitulada "A Energia Eólica e o Ambiente - Guia de Orientação para a Avaliação Ambiental", elaborado pela "PROSISTEMAS, Consultores de Engenharia, S. A", em cujo preâmbulo o então titular da pasta do Ambiente, eng^o. José Sócrates, afirma que, "...tratando-se de um Guia de Orientação para Avaliação Ambiental, este documento tem o propósito de contribuir para o esclarecimento teórico das situações em causa, não devendo ser entendido como uma norma para a avaliação ou para a realização de



estudos de impacte ambiental, dada a importância desigual que determinadas questões naturalmente assumem na apreciação específica de um dado objecto. Caso a caso, face aos constrangimentos impostos pela respectiva localização, os projectos devem suscitar uma consideração particular e os aproveitamentos específicos necessários.”

Apesar disso, a PROSISTEMAS, que, curiosamente, elaborou o guia e agora assina o “Estudo de Impacte Ambiental de três parques Eólicos na Serra da Freita” (Volume III), segundo a minha opinião, pouco mais fez do que “copiar” o trabalho que então elaborou, sem atender às especificidades locais, nem ao programa de aproveitamento turístico da Serra da Freita recentemente anunciado pelo sr. Secretário de Estado do Turismo no âmbito do Programa PITTER, que envolve vários concelhos limítrofes e um investimento de dezenas de milhões de euros. Considera-se mesmo nos dois trabalhos, onde muitas das gravuras que os ilustram se repetem, que do “ponto de vista paisagístico os aerogeradores são elementos de apreciação subjectiva”, e não o são. (pags. 36 e 16, respectivamente).

De facto, a instalação de 18 aerogeradores com torres de 65 metros, dotadas de rotores com 70 metros de diâmetro, ou em alternativa, 24 aerogeradores com torres de 70 metros e rotores com 60 metros, numa linha de cumeada à cota de 1.000 metros de altitude, provoca um impacto visual tão violento que não há subjectividade que lhe resista.


Ainda por cima e para agravar a situação e comprometer irremediavelmente o aproveitamento turístico da Serra da Freita, que segundo um estudo elaborado pelo prof. Dr. António Teixeira Fernandes, professor catedrático da Universidade do Porto, é um dos elementos mais identificadores de Arouca, logo a seguir ao seu Mosteiro, o ruído provocado por cada um dos aerogeradores, cobre um diâmetro de 400 metros.

Sabe-se que os parques eólicos seriam economicamente inviáveis se a sua instalação e a energia por eles produzida não fossem subsidiados e que muito do entusiasmo com que em alguns países da Europa receberam a instalação dos primeiros parques já se vai desvanecendo face às realidades concretas da sua exploração. Mas não sendo esse o aspecto que importa aqui apreciar, apesar da sua importância e significado, há que dizer que a instalação dos três parques eólicos na Serra da Freita inviabiliza definitivamente o seu aproveitamento turístico e compromete o próprio futuro do Concelho, que sempre foi equacionando em função do aproveitamento do seu património natural, em que a Serra da Freita assume o primeiro lugar e que devia ser salvaguardada, sem prejuízo da instalação dos parques eólicos em locais menos sensíveis.

HABITATS NATURAIS

Porque me parecem suficientemente expressivos e bem documentados, permito-me transcrever os argumentos invocados pela Associação de Defesa do Património Arouquense, sempre atenta às questões ambientais e defesa dos valores patrimoniais do Concelho.

Diz ela que: “ Se tomarmos como critério para avaliação dos ecossistemas, a diversidade, abundância e raridade das suas espécies animais e vegetais, conclui-se que toda a área da Serra da Freita tem uma importância assinalável no aspecto biológico. Este tem sido, entre outros, um fundamento invocado para a criação de um Parque Natural, abrangendo todo o maciço da Gralheira. Pode mesmo afirmar-se que a Freita é um dos últimos redutos de vida selvagem, com a particularidade de se localizar a cerca de 30 kms. dos pólos urbanos e industriais compreendidos entre Aveiro e Porto, ocorrendo aqui espécies faunísticas muito raras no quadro do nosso país. Para tal muito



contribui o facto de ser uma zona livre de perturbações tão comuns como a poluição ou a densidade populacional. É possível encontrar linhas de água com elevado grau de pureza e *habitats* da maior relevância para a conservação das espécies.”

Aliás, esta mesma Associação editou, em colaboração com a Universidade de Aveiro, uma publicação sobre a “Serra da Freita”, onde se caracterizam e identificam muitas das riquezas e fragilidades que importa potenciar e reconhecer quando se pretende intervir de forma tão violenta e definitiva.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A Serra da Freita é habitada desde tempos imemoriais por uma comunidade que moldou e enriqueceu a paisagem. Vivendo da pastorícia, foi ela que preservou uma das raças autóctones mais importantes, a raça arouquesa, que aqui tem o seu solar.

Explorando as riquezas e características ambientais, adaptou-se e sobreviveu até aos nossos dias e a instalação dos parques eólicos, com tudo quanto envolve, da implantação à manutenção e exploração, ameaça definitivamente o seu tradicional modo de vida e de sobrevivência.

Para além dos riscos para a fauna, a flora e a paisagem que a instalação dos parques eólicos envolvem, está em causa a própria comunidade que até hoje conseguiu ali sobreviver, no respeito pela Natureza e aproveitamento racional das suas potencialidades.

“Quem sobe ao alto da Freita na Primavera e no começo do Verão – escreve Adelino Gouveia em Arouca – a Terra e as Gentes -, logo depara com a imensidade do planalto que, ondulando, se estende quase a perder-se ao longe. São aproximadamente dois mil hectares, em parte plantados de pinheiros, e na sua maior extensão, coloridos do vermelho violáceo das flores da urze e do amarelo pálido da flor da carqueja.

“Mais abaixo, fica a terra dos Tavares, o de Baixo, o do Meio, o de Cima, o do Aido, o da Mercearia, o da Aldeia, o da Venda, o Regedor, o Casanova, o Enjeitado. Já muito longe vão os tempos em que todos eram só Tavares”. Depois de se referir ao lugar da Mizarela e à Ribeira, “sítio medonho e lúgubre, de uma beleza agreste incomparável”, como o descreveu Abel Botelho em Mulheres da Beira, refere-se ao lugar de Albergaria que se “abriga nos enormes rochedos de São Pedro Velho (1077 m) que, da margem direita do rio Caima, vigiam todo o planalto da Freita. Quem os sobe, contempla a Serra da Estrela, o Caramulo, toda a Beira Litoral, o Porto. É o mais vasto panorama de entre Douro e Vouga” e é este panorama e toda esta comunidade que os aerogeradores ameaçam.

Ao assinar um protocolo que na altura mereceu forte contestação de alguns membros da Assembleia Municipal, cujas intervenções foram propositadamente omitidas das respectivas Actas, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia envolvidas, cederam à tentação das magras receitas de que eventualmente poderiam beneficiar, em prejuízo de valores que são insubstituíveis.

Tudo isso contribuiu para que a responsabilidade do Instituto do Ambiente e do respectivo Ministério, seja muito maior neste momento em que vai ser tomada uma decisão definitiva.

O que está em causa é o próprio futuro de Arouca, do seu desenvolvimento, da preservação do seu património natural e paisagístico, da qualidade de vida das suas populações. Os parques eólicos previstos para a Serra da Freita podem ser implantados noutra localidade, mesmo dentro do Concelho, sem que com isso os promotores sejam prejudicados.

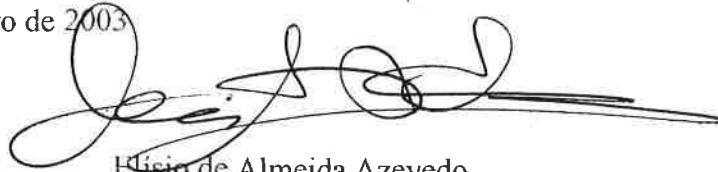
Ao inviabilizar a instalação dos Parques Eólicos na Serra da Freita, o Instituto do Ambiente pode prestar um relevante serviço a Arouca e ao país, sem comprometer os interesses dos promotores nem sacrificar os objectivos que a sua instalação pretende alcançar.

É por tudo isso, que manifestando a minha discordância, confio no superior critério de quem vai assumir a responsabilidade por uma decisão que os autarcas de Arouca não souberam acautelar, assinando um protocolo tão vago e tão comprometedor, sem sequer terem tido o cuidado de consultar a população.

Ao protestar a minha discordância sobre a localização dos três parques eólicos, atrevo-me a ir mais longe, a desafiar o Instituto do Ambiente a enviar ao local um dos seus técnicos, para que com total isenção avalie as circunstâncias e não considere apenas a avaliação ambiental feita pela empresa contratada para isso pelos promotores do projecto.

A grandeza incomparável da Serra da Freita merece e justifica que tudo seja feito e criteriosamente avaliado para que se não destrua um ambiente e uma paisagem das mais ricas que o país ainda conserva e uma população tão sacrificada soube trazer, desde a profundidade dos tempos, até aos nossos dias, para que dela todos possamos usufruir e beneficiar.

Arouca, 27 de Outubro de 2003



Elisio de Almeida Azevedo



IA ENTR. 016995 '03 11 04

Associação da Defesa do Património Arouquense (ONGA)
Defesa e Divulgação do Património Histórico - Ambiental
Instituição de Utilidade Pública, D.R. II série n.º 257, 3/11/1993
☐ Largo de Santa Mafalda 4540 - Arouca

IA Instituto do Ambiente			
PRES.	<input type="checkbox"/>	VPPS	<input type="checkbox"/>
ASSESSORIA:			
SACI	<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
SADP			<input type="checkbox"/>
SERRA			<input type="checkbox"/>
SIMP			<input type="checkbox"/>
ELRA			<input type="checkbox"/>
OUTROS			

Ex.mo Snr.

Presidente do Instituto do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A
Zambujal
Apartado 7585 ALFRAGIDE
2721 - 865 AMADORA

Sua referência Sua comunicação Nossa referência Data:
3/11/2003

Assunto:
Contestação à implantação de eólicas na Serra na Freita, em Arouca

Ex. mo Senhor

Serve a presente para remeter a V.Ex.ª a nossa contestação à implantação de eólicas na Serra da Freita, em Arouca, assim como um exemplar da publicação Serra da Freita e 5 folhas subscritas por cidadãos solidários com as posições assumidas por esta agremiação.

Aceite V.Ex.ª os meus melhores cumprimentos,

O Presidente de Direcção,

(Filomeno Silva)

À DAIA
[Handwritten initials]
03.11.04

em anexo 5
meses
4.11.2003



PARQUES EÓLICOS NA SERRA DA FREITA

ANÁLISE DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

A Associação de Defesa do Património Arouquense tendo procedido á análise do estudo de impacte ambiental de três parques eólicos na serra da Freita (Vol. III), resumo não técnico, entende levar ao conhecimento de V. Ex.^a as nossas preocupações respeitantes ao projecto, conforme passamos a expor:

DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM

A paisagem da serra da Freita caracteriza-se essencialmente pela morfologia do terreno e pela cobertura vegetal que lhe conferem uma fisionomia muito própria. As formas de relevo impõem-se pelo seu vigor, grandiosidade e magnificência. Ao longo das estações do ano, as áreas diferenciadas de vegetação, onde avultam formações arbustivas e herbáceas, conferem-lhe tonalidades diferentes que tornam ainda a paisagem mais bela e atractiva.

A frecha da Mizarela é um acidente geomorfológico que merece especial referência, pela sua grandiosidade e beleza natural.

Apesar de se tratar de uma área de montanha, povoada desde tempos remotos, o homem sempre aqui viveu em estreita comunhão com a natureza, da qual dependia a sua sobrevivência, respeitando-a e compreendendo as suas forças e gerando equilíbrios. Pode-se afirmar que o homem foi o seu grande artífice, na forma como construiu socalcos, conservou o solo, geriu a água, controlou a caça e salvaguardou os recursos naturais.

Por toda a serra podem ainda admirar-se aldeias bem integradas no meio físico, onde avultam núcleos de casas tradicionais construídas à base de materiais autóctones. O património inclui também belos exemplares de espigueiros, moinhos, eiras e outras construções rurais, edificadas segundo técnicas ancestrais, como resultado de experiências acumuladas durante séculos.

A implantação dos três parques eólicos, previstos para uma linha de cumeada, à cota de 1.000 m de altitude, constituirá, como é obvio, um impacte ambiental negativo e uma brutal agressão estética à paisagem, numa área de montanha, onde

Handwritten signature and initials
2

os valores naturais são únicos e insubstituíveis. O perfil paisagístico da serra não voltará a ser o mesmo, ficando irremediavelmente perturbada e alterada. As anunciadas medidas de recuperação e naturalização pouco ou nada atenuarão a poluição estética provocada pelos parques eólicos. Isto mesmo se pode confirmar em locais onde já estão a funcionar aproveitamentos do género.

Em nossa opinião, entendemos que se devem manter as características naturais da serra da Freita e preservar a todo o custo um recurso tão belo e diversificado como é a paisagem. Em qualquer espaço, sabe-se de antemão que as qualidades paisagísticas, culturais, estéticas e ambientais são indispensáveis para o desenvolvimento do turismo, como actividade sustentada.

Tratando-se de uma área de montanha com aptidões excepcionais para aquele género de turismo, entendemos que deveria merecer medidas de conservação da natureza que garantam equilíbrio ecológico. O projecto em causa em nada contribuirá para a valorização da paisagem, podendo mesmo, a breve prazo, fazer com que se inicie uma fase crítica de consequências imprevisíveis.

Em resumo, e pelas razões expostas, e no tocante à integridade da paisagem, os efeitos do projecto serão altamente gravosos, negativos e impossíveis de minorar.

HABITATS NATURAIS

Se tomarmos como critério para avaliação dos ecossistemas, a diversidade, abundância e raridade das suas espécies animais e vegetais, conclui-se que toda a área da serra da Freita tem uma importância assinalável no aspecto biológico. Este tem sido, entre outros, um fundamento invocado para a criação de um Parque Natural, abrangendo todo o maciço da Gralheira. Pode mesmo afirmar-se que a Freita é um dos últimos redutos de vida selvagem, com a particularidade de se localizar a cerca de 30 km, dos pólos urbanos e industriais compreendidos entre Aveiro e Porto, ocorrendo aqui espécies faunísticas muito raras no quadro do nosso país. Para tal muito contribui o facto de ser uma zona livre de perturbações tão comuns como a poluição ou a densidade populacional. É possível encontrar linhas de água com elevado grau de pureza e *habitats* da maior relevância para a conservação de certas espécies.

O afluxo de visitantes restringe-se aos meses estivais, atraídos pelas belezas naturais. Uma boa parte são caminhantes que aproveitam para purificar os pulmões, numa atmosfera límpida e tranquila. Não se têm verificado danos consideráveis no meio ambiente, como consequência destas actividades. No resto

[Handwritten signature]
3
[Handwritten initials]

do ano, as condições climáticas adversas e a inexistência de infra-estruturas hoteleiras não favorecem a vida de visitantes.

A construção do aproveitamento em causa poderá rapidamente, alterar a situação, prevendo-se graves perturbações ambientais. O corte da vegetação, a instalação e laboração do estaleiro, a abertura de caminhos de acesso, a remoção de terras, escavações, drenagens, betonização, edifícios anexos e a própria montagem dos aero-geradores, entre outros trabalhos, acarretarão por certo a destruição de largas dezenas de hectares de *habitats* da maior relevância para a conservação de inúmeras espécies faunísticas e florísticas.

Há um facto ainda que não foi devidamente avaliado no EIA, que consiste na descontinuidade dos *habitats*, como consequência das obras, e que poderá vir a afectar em especial os répteis e anfíbios, espécies de reconhecida falta de mobilidade.

A acrescentar à destruição do próprio meio natural, numa extensão tão vasta, preocupa-nos ainda, toda uma série de consequências que poderão ocorrer durante as obras e que passamos a enumerar:

- ruído proveniente das máquinas, viaturas e equipamentos;
- trânsito intenso de viaturas nas estradas municipais;
- emissão de poeiras;
- derrame de combustíveis, óleo e substâncias poluentes, com possível contaminação de nascentes de água;
- deslizamentos de terras e arrastamento de materiais sólidos, em caso de forte precipitação;

Todas estas consequências se virão reflectir com certeza no equilíbrio dos ecossistemas de montanha que, como se sabe, são muito frágeis e sensíveis.

Queremos ainda alertar para o facto dos aerogeradores, em tão grande número, constituírem um sério risco de colisão para as aves. Está plenamente confirmada por biólogos, em toda a Europa, esta probabilidade, o que contradiz o exposto no EIA (pág. 16).

Também não é verdade, o que se afirma no EIA (pág. 15) sobre o não conhecimento de nenhum corredor migratório sobre a área prevista para a instalação dos parques eólicos. Os estudos e inventariações da avifauna que, desde há bastantes anos, são realizados na serra da Freita, demonstram que aqui passam aves migratórias, em grande número.

Preocupa-nos ainda o facto da abertura dos caminhos de acesso ao projecto em causa vir a ser utilizado, no futuro, por praticantes de «todo-o-terreno», caso não haja uma vedação segura e eficaz.

Handwritten signatures and initials, including the number 4.

Também não se compreende que uma área incluída na lista Nacional de Sítios propostos para integrar a Rede Natura 2000 (PTCON0047 – Serras da Freita e Arada), possa vir a ser escolhida, para nela se projectar a implantação de três parques eólicos.

Isto bastaria para a isentar de projectos com nefastas consequências ecológicas.

PASTOREIO

O pastoreio, praticado de forma intensa por rebanhos de caprinos e por gado bovino, na linha de cumeada onde se prevê implantar os aproveitamentos, poderá também vir a ser afectado, quer no decorrer das obras, quer no futuro. Trata-se de uma zona com uma cobertura herbácea propícia para o pastoreio, sendo utilizada pelos criadores das povoações serranas, para aí apascentarem o seu gado. Lembramos que a agro-pastorícia é a base de economia local e que a raça bovina arouquesa é um recurso genético regional que, nos últimos anos, tem vindo a sofrer medidas de valorização e apoio. A qualidade e excelência da sua carne deve-se ao facto de ser alimentada quase exclusivamente nos prados e nas formações herbáceas da serra.

Ficará assim bastante diminuída a área de pastoreio e, no decorrer das obras, a presença de animais nas proximidades não será possível, devido aos inconvenientes já citados, com destaque para o ruído de equipamentos e maquinaria.

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Sabe-se que por toda a serra há vestígios arqueológicos, tendo alguns deles sido alvo de estudos aprofundados. Julgamos que este aspecto não é desprezível, devendo o EIA referir se houve, no terreno, quaisquer sondagens preliminares destinadas a averiguar a eventualidade da presença de vestígios do passado, nos locais onde vão ser implantadas as torres, abertos acessos ou colocados postes de transporte de energia.

A AUTARQUIA E AS EÓLICAS

As negociações com a Autarquia para a instalação dos parques eólicos na Freita, remontam há, cerca de pelo menos dois anos a esta parte, o que a julgar pressupõe um qualquer pré-contrato, sem se conhecerem de antemão os lugares onde tais equipamentos iriam ser implantados e os impactes que viriam a ocasionar.

5

O PDM (Res. Conselho de Ministros 52/95 de 2/6 e as alterações introduzidas em 1997), não contemplam, para já, a instalação das eólicas e no entanto deu-se um pré-aval a tudo isto, o que mais uma vez nos leva a inferir que os interesses economicistas comandaram em detrimento de tudo o mais.

A Associação de Defesa do Património Arouquense, face à análise do EIA, entende que:

Em muitas partes o mesmo mais não é que, uma cópia tirada a papel químico do Guia de Orientação para Avaliação Ambiental elaborado pela mesma empresa para o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, ao tempo em que era Ministro o Eng.º José Sócrates e que agora executa o EIA para este local (ProSistemas) e que foi editado pelo Instituto do Ambiente, em Fevereiro de 2002.

Uma grande parte das fotografias são as mesmas que constam nesse guia e os efeitos do projecto sobre o ambiente, entre outros, na parte referente à construção do aproveitamento mais não é do que uma cópia do mesmo e por isso entendemos dever denunciar a falta dum conhecimento profundo da região, de originalidade do projecto e da sua adequação e por isso ser oportuno expor todas as reservas, no sentido de se acautelarem os valores naturais e patrimoniais da serra da Freita, nomeadamente no que diz respeito à magnificência das suas paisagens, ao equilíbrio ecológico e à conservação dos seus *habitats*. Entendemos por isso que o projecto de construção dos Parques Eólicos **deverá ser inviabilizado** pelo impacte negativo que virá ocasionar e ainda pelas consequências negativas no turismo, anunciado com toda a pompa e circunstância para a região, através da recuperação de aldeias e caminhos tradicionais, etc., o que naturalmente prevê a manutenção de *habitats*, que com este empreendimento ficarão irremediavelmente comprometidos.

Esta associação entende que a nossa política ambiental tem de ser coerente, e que os interesses da conservação da natureza não podem ser secundarizados.

Caso venha a ser concretizado, o projecto dará a "machadada" numa área, cuja originalidade dos seus elementos morfológicos concorre inegavelmente para a classificar como um verdadeiro santuário da natureza.

Não queiramos deixar às gerações vindouras o produto dos nossos erros, fruto de uma civilização profundamente destruidora do ambiente que a rodeia, e que, de um momento para o outro sobrepõe os interesses economicistas a tudo e a todos.

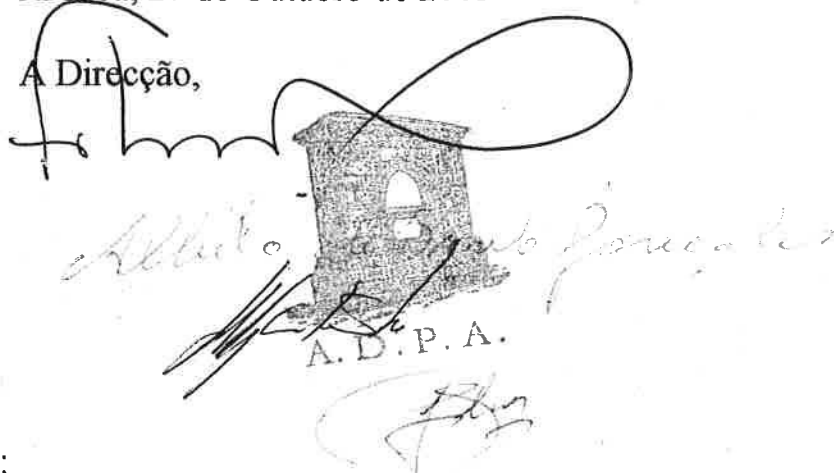
Os valores biológicos e o património em geral da serra da Freita justificam medidas especiais de protecção e não a sua destruição, como se nos afigura, caso o projecto venha a concretizar-se.

Finalmente não podemos deixar de salientar, no caso de ser autorizada a instalação dos aerogeradores, o ruído permanente provocado e a falta de uma

garantia bancária ou outra similar, mas capaz de dar força às promessas de reposição de solo, tal qual, o anterior ao empreendimento. Com efeito, ao fim de 20 anos, as firmas na sua maioria fruto de um quadro de conjuntura ocasional, desaparecerão inevitável e provavelmente acontecerá o que vemos um pouco por todo o país, com as minas e outras estruturas similares, em que é o Estado, ou melhor todos nós, a custear a reparação de muitas das asneiras frutos da falta de uma política real e coerente de protecção e defesa dos valores mais sagrados dos quais dependemos.

Arouca, 27 de Outubro de 2003

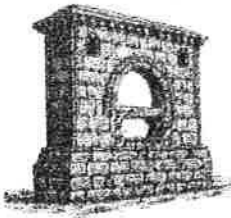
A Direcção,



A.D.P.A.

Nota:

Para que não se repitam aqui os inúmeros valores existentes na Freita, junta-se a publicação, " Serra da Freita", editada por esta agremiação ex-aequo com a Universidade de Aveiro.



Subscvem esta contestação da ADPA:

Nome BI Residência

Alfredo de Almeida Pinho 5388338 Rossas

Olga Maria Brandão Barbosa Rossas

Esau Maria Rizele Vont - Arouca

Jose Luiz Quintas Ferreira 9677962 CHAVE

Carlos Alberto Quintos Teixeira 5506055 chave

Alcides Rodrigues Gonçalves da Faria 10930645 CHAVE

Manoel Almeida Santos - cabeiros

José Maria de Almeida - Cabeiros

Manoel Almeida - CHAVE - AROUCA

Carlos Manuel Fernandes URM

Artur Brandão de Almeida VARZEA - AROUCA

Manoel José Amador - Arouca

Miguel Maria de Sousa Cruz Faldas Arouca

Arminda Rivaldo Carvalho Casares Alzêmar

José Luiz Pinho

Manoel Almeida

Arouca

Arouca



Associação da Defesa do Património Arouquense (ONGA)
Defesa e Divulgação do Património Histórico - Ambiental
Instituição de Utilidade Pública, D.R. II série n.º 257, 3/11/1993
☒ Largo de Santa Mafalda 4540 - Arouca

Subscvem esta contestação da ADPA:

Nome

BI

Residência

5411683

S^{TA} EULÁLIA
AROUCA

João Rebelo
João Rebelo

6087792

URAS - Arouca

7176795

Arouca

Yoré Pereira

Lagoas S.ª Eulália

Carlos Mendes

6875944.4

BURGO

AROUCA

Fernando Manuel Pereira

Manuel Guerra Vieira

Arouca

Carla Almeida - BI. 3742651

AROUCA

Sónia Isabel Rodrigues A. Andrade

BI 12587666

lanelas

BI=3164128 - ROSAS

Luís Pereira

BI 8754652

Ant. A. Azina

ROSAS - Arouca

António Manuel Pinto da Conceição - Arouca.

Ana Maria de Almeida TAVES

Arouca

N.º de Pessoa Colectiva 501805958

☎: 351 256 949411/ 256 948100

Website: <http://www.adpa.pt>

☎: 351/256948110

E-mail: direccao@adpa.pt



Associação da Defesa do Património Arouquense (ONGA)
 Defesa e Divulgação do Património Histórico - Ambiental
 Instituição de Utilidade Pública, D.R. II série n.º 257, 3/11/1993
 Largo de Santa Mafalda 4540 - Arouca

São solidários com as posições da A.D.P.A.

Nome	B.I.	Morada
ANTONIO ALVES RODRIGUES	1785815	VISTA ALEGRE STA EULALIA
António Alves Rodrigues	175778260	Costa - ROSSIAS
António José Tavares	12959609	Costa - ROSSIAS
João Pedro Simões	12025776	Costa - ROSSIAS
JOÃO PAULO PEREIRA SILVA	11800937	Costa - ROSSIAS
João Paulo Soares Gomes Galv	12591253	Costa - ROSSIAS
Ângela Fedeiro Tavares	12520152	Costa - ROSSIAS
Filipa Gisela Duarte Brandão	12406719	Costa - ROSSIAS
João Pedro dos Santos Martins Pereira Rodrigues	12765614	Costa - ROSSIAS
José Manuel Ferreira Soares	10872866	Costa - ROSSIAS
António Manuel Martins Silva	12094688	Costa - ROSSIAS
João Paulo Rocha	12472840	Costa - ROSSIAS
António Manuel Martins Silva	6082551	Costa - ROSSIAS
António Manuel Martins Silva	5567887	Costa - ROSSIAS
António Manuel Martins Silva	9648328	Costa - ROSSIAS
Juliana Teixeira Ferreira	12877075	Costa - ROSSIAS
António Manuel Martins Silva	10220447	Costa - ROSSIAS
António Manuel Martins Silva	6169343	Costa - ROSSIAS

N.º de Pessoa Colectiva 501805958

☎: 351 256 949411/ 256 948100

Website: <http://www.adpa.pt>

☎: 351/256948110

E-mail: direccao@adpa.pt



Associação da Defesa do Património Arouquense (ONGA)
Defesa e Divulgação do Património Histórico - Ambiental
Instituição de Utilidade Pública, D.R. II série n.º 257, 3/11/1993
☐ Largo de Santa Mafalda 4540 - Arouca

Subscrevem esta contestação da ADPA:

Nome

BI

Residência

Manuel Pinto Fernandes B.I. 5257180

Maria Dolores Tavares Vieira B.I. 5525215

Luzinda da Silva Machado Simões Aguiar B.I. 9741694

Elvino de Almeida Brandão BI 3169655

Maria do Céu Loureira Duarte B.I. 12053427

Helder Joaquim Sousa de Lima Vieira B.I. 7151612

André Trigo Araújo Almeida BI 12784549

Teresa Amarela Oliveira Gomes BI 12630369

Maria de Luísa Brandão Ramos de Lima Vieira B.I. 9941379

Fernando Brandão Ramos Schreiber B.I. 9963717

Luísa Maria de Jesus Brandão BI 2950311

Paulo Teixeira Pinto B.I. 2673323

Maria da Conceição Sousa B.I. 8609340

Maria de Fátima Rosa da Fonseca B.I. 9330859

Joaquim José Vieira de Pinto

Angelina Vieira de Sousa

José António Nogueira de Sousa

BI - 7726442

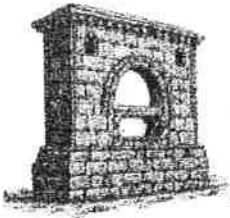
N.º de Pessoa Colectiva 501805958

☎: 351 256 949411/ 256 948100

Website: <http://www.adpa.pt>

☎: 351/256948110

E-mail: direccao@adpa.pt



Associação da Defesa do Património Arouquense (ONGA)
Defesa e Divulgação do Património Histórico - Ambiental
Instituição de Utilidade Pública, D.R. II série n.º 257, 3/11/1993
☑ Largo de Santa Mafalda 4540 - Arouca

Subscvem esta contestação da ADPA:

Nome *ALMUTAMARA*

*Maria José Ferreira de Pinho
Palmira Tavares Figueira Gomes*

6269202
BI

9448075
6125942

Arouca
Residência

Rossas
ROSSAS

Faria Esabef ROS - Almeida

Arões

ALBERTO CORREIA DO CARMO

CHAVE

Isaura de Pinho Duarte

Arouca

António Manuel Mendes de Brito

2953015

AROUCA
AROUCA

José Augusto Pinto da Costa

José Fernando Silva de Entre Reis

8158068

St. Eulália

N.º de Pessoa Colectiva 501805958

☎: 351 256 949411/ 256 948100

Website: <http://www.adpa.pt>

☎ : 351/256948110

E-mail: direccao@adpa.pt